

Trabalho Realizado por: -João Santos Nº10

-João Dias Nº11

Descubrimentos



Índice

Os descobrimentos portugueses.	3
Pedro Álvares Cabral.....	4
O Império Português, ou Império Colonial Português.....	7
Lenda do Corvo	8
Tratado de Tordesilhas.....	9
Imperio espanhol.....	11
Cristóvão Colombo.....	12
Inimigos derrotados	13
Os Incas	14
Eldorado	15
Ponce de León e a Fonte da juventude.	16
Conclusão	17

Pedro Álvares Cabral

Navegador português, nascido em Belmonte, por 1467/68, e a quem D. Manuel I confiou o comando da segunda armada que mandou à Índia.

Partiu Cabral de Lisboa em 9 de Março de 1500, e, como se tivesse desviado a sua rota para descobrir novas terras, não tardou a encontrar o Brasil, a 3 de Maio de 1500, no dia de Santa Cruz. Daí seguiu para a Índia.

No seu regresso, D. Manuel concedeu-lhe muitas honras, mas nunca mais utilizou os seus serviços.

Pedro Álvares Cabral morreu esquecido em Santarém, uns dizem em 1520, outros em 1526.

Foi-lhe erguido um monumento no Rio de Janeiro e outro em Lisboa, na Avenida que tem o seu nome.



Como se organizava as colônias no Brasil

Capitania-geral é a denominação dada as divisões administrativas dos antigos territórios ultramarinos do Império Espanhol e do Império Português, à frente dos quais estava um capitão-general.

As **capitanias** foram uma forma de administração territorial do império português pela qual a Coroa, com recursos limitados, delegou a tarefa de colonização e exploração de determinadas áreas a particulares, através da doação de lotes de terra, sistema utilizado inicialmente com sucesso na exploração das ilhas atlânticas. No Brasil este sistema ficou conhecido como *capitanias hereditárias*, tendo vigorado, sob diversas formas, durante o período colonial, do início do século XVI até ao século XVIII.

Os beneficiários, no total de quinze, eram elementos da pequena nobreza de Portugal, dos quais sete haviam-se destacado nas campanhas da África e na Índia, quatro eram altos funcionários da corte e um deles era capitão de confiança de Martim Afonso de Sousa. "Não possuíam, em sua maioria, capital ou outros recursos que lhes permitissem fazer progredir as terras, apesar dos enormes privilégios jurídicos e fiscais que a Coroa lhes concedera. Esses privilégios incluíam o direito de fundar cidades e de lhes atribuir direitos municipais; o direito da pena capital para escravos, pagãos e cristãos livres das classes mais baixas; o direito de cobrar impostos locais, exceto no que se referia à mercadorias (como o pau-brasil) que constituíam em monopólio da Coroa; o direito de autorizar construções, como de engenhos de açúcar, e de receber dízimas sobre determinados produtos, entre os quais o açúcar e o peixe. O sistema de donatários, combinando elementos feudais e capitalistas, havia sido utilizado com êxito no desenvolvimento das ilhas da Madeira e dos Açores, e foi aplicado com menor êxito no arquipélago de Cabo Verde e, durante curto espaço de tempo (1575), em Angola."



Ouro do Brasil

O Ciclo do Ouro na economia colonial

Logo que o açúcar deixou de ser o principal investimento brasileiro, os portugueses iniciaram pela procura de uma nova forma de exploração colonial, foi quando descobriram as primeiras minas de ouro em solo brasileiro, localizadas nas regiões onde ficam Minas Gerais e Goiás.

A importância dessa exploração foi tão grande para Portugal, que o governo decidiu mudar a capital, até então em Salvador, para o Rio de Janeiro, pois desta forma estariam mais próximos das minas de ouro.

Eles também criaram as **Casas de Fundição**, que cobravam impostos altíssimos de quem extraísse o ouro, o que deixava os mineiros completamente irritados. Entre esses impostos se destacavam:

- O quinto – 20% de toda a produção do ouro deveria ir para o rei de Portugal;
- A derrama – A colônia tinha a obrigação de arrecadar 1.500kg de ouro por ano;
- A capitação – Era cobrado imposto sobre cada escravo que trabalhava nas minas.

O **Ciclo do ouro** seguiu até o ano de 1785. A exploração e os muitos impostos cobrados não agradavam nada a população, o que levou a muitas revoltas na época.



O Império Português, ou Império Colonial Português



Lenda do Corvo

A lenda iniciou-se após 1452, quando os primeiros navegadores que navegavam para Ocidente a partir de Portugal continental avistaram aquela que veio a ser chamada de Ilha do Corvo. Afirma que, ao aproximarem-se da nova terra avistada, os navegadores viram sobre a parte mais alta de um monte uma estátua equestre.

O alazão apoiado nas patas traseiras, com as patas dianteiras levantadas no ar a apontar para o noroeste, apontava para a frente, para mostrar o caminho do Novo Mundo. O cavaleiro empunhava uma espada num braço erguido. Ambos tinham sido esculpidos no basalto negro vulcânico, pedra mãe do substrato da ilha do Corvo.

Esta estátua teria sido mandada retirar por Manuel I de Portugal para ser levada à sua Corte. No entanto, ao ser transportada numa nau, a estátua naufragou junto com a embarcação que a transportava. Dela apenas restam lendas, histórias e registos nas Crónicas de João III de Portugal e de Damião de Góis.



Tratado de Tordesilhas.

Este tratado foi um tratado celebrado entre o Reino de Portugal e o recém-formado Reino da Espanha para dividir as terras “descobertas e por descobrir” por ambos os reinos fora da Europa.

Este tratado surgiu na sequência da contestação portuguesa às pretensões da Coroa espanhola resultantes da viagem de **Cristóvão Colombo**, que ano e meio antes chegara ao chamado **Novo Mundo**, reclamando-o oficialmente para Isabel, a Católica.

O Tratado de Tordesilhas definia como linha de demarcação o meridiano 370 léguas a oeste da ilha de Santo Antão no arquipélago de Cabo Verde. Esta linha estava situada a meio caminho entre estas ilhas (então portuguesas) e as ilhas das Caraíbas descobertas por Colombo, no tratado referidas como “Cipango” e Antília.

Os territórios a leste deste meridiano pertenceriam a Portugal e os territórios a oeste, à Espanha. O tratado foi ratificado pela Espanha a 2 de Julho e por Portugal a 5 de Setembro no ano de 1494.

Bastantes anos mais tarde, no resultado daquilo que ficou conhecido como a “questão das Molucas”, o outro lado da Terra seria dividido, assumindo como linha de demarcação, a leste, o anti meridiano correspondente ao meridiano de Tordesilhas, pelo **Tratado de Saragoça** assinado em 22 de Abril de 1529.

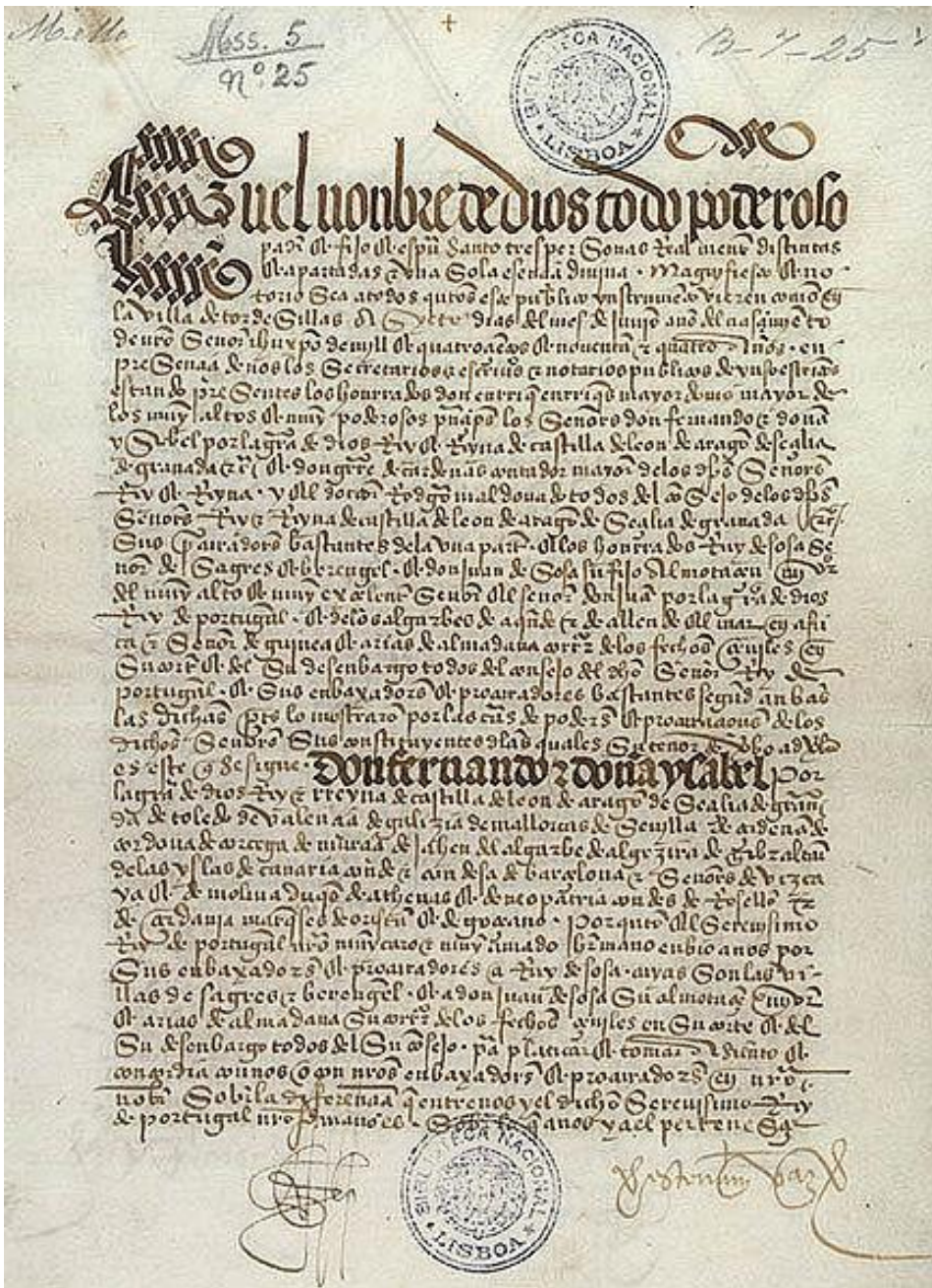
Assim, no âmbito dos conceitos internacionais europeus, a assinatura do Tratado de Tordesilhas ocorreu num momento de transição entre a hegemonia do Papado, poder até então universalista, e a afirmação do poder singular e secular dos monarcas nacionais – uma das muitas facetas da transição da Idade Média para a Idade Moderna.

Para as negociações do Tratado de Tordesilhas e a sua assinatura, D. João II de Portugal designou como representante nacional a sua prima de Castela (filha de uma infanta portuguesa) e D. Rui de Sousa. Os originais de ambos os tratados estão conservados no Arquivo General de Índias na Espanha e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Portugal,

Contrariando a bula anterior de Alexandre VI, *Inter Coetera* (1493), que atribuía à Espanha a posse das terras localizadas a partir de uma linha demarcada a 100 léguas de Cabo Verde, o novo tratado foi aprovado pelo Papa Júlio II em 1506.

O meridiano foi fixado, mas persistiam as dificuldades de execução de sua demarcação. Os especialistas divergiam na altura sobre as dimensões da Terra, sobre o ponto de partida para a contagem das léguas e sobre a própria extensão das léguas, que diferia entre os reinos de Castela e de Portugal.

Já se afirmou ainda que os castelhanos cederam porque esperavam, por meio de sua política de casamentos, estabelecer algum dia a união ibérica, incorporando Portugal. O que é mais provável é que os negociadores portugueses, tenham tido melhores e com um maior jogo de cintura do que os castelhanos.



Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

